

## ANEXO XII

### TERMO DE JUSTIFICATIVAS TÉCNICAS RELEVANTES

### OBRAS/SERVIÇOS DE ENGENHARIA

NUP N. 08500.049111/2023-90 (PROCESSO SEI)

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA PROMOVER ADEQUAÇÕES NA DELEGACIA DE POLÍCIA FEDERAL EM SANTOS-SP, VISANDO A OBTENÇÃO DO AUTO DE VISTORIA DO CORPO DE BOMBEIROS (AVCB) PARA A REFERIDA EDIFICAÇÃO.

# SUMÁRIO

TERMO DE JUSTIFICATIVAS TÉCNICAS RELEVANTES .....	1
OBRAS/SERVIÇOS DE ENGENHARIA .....	1
SUMÁRIO .....	2
DECLARAÇÕES E JUSTIFICATIVAS TÉCNICAS.....	3
1. ENQUADRAMENTO DO OBJETO .....	3
1.1. Classificação como obra ou serviço de engenharia .....	3
1.2. Classificação como serviço comum ou especial.....	3
2. REGIMES DE EXECUÇÃO.....	3
3. ELABORAÇÃO DE PROJETOS / DOCUMENTOS TÉCNICOS POR PROFISSIONAL HABILITADO E COMPROVAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA .....	4
4. DEFINIÇÃO DOS CUSTOS UNITÁRIOS DE REFERÊNCIA .....	4
5. ORÇAMENTO DETALHADO EM PLANILHAS DE CUSTOS UNITÁRIOS .....	4
6. ELABORAÇÃO DAS COMPOSIÇÕES DE CUSTOS UNITÁRIOS .....	4
7. CUSTOS DIRETOS.....	4
8. ELABORAÇÃO DAS CURVAS ABC DOS SERVIÇOS E INSUMOS .....	5
9. ADOÇÃO DO REGIME DE DESONERAÇÃO TRIBUTÁRIA .....	5
10. DETALHAMENTO DA COMPOSIÇÃO DO PERCENTUAL DE BDI .....	5
11. BDI REDUZIDO SOBRE OS CUSTOS DOS MATERIAIS E EQUIPAMENTOS .....	6
12. ELABORAÇÃO DE CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO .....	6
13. PROJETO EXECUTIVO .....	6
14. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA .....	7
15. VISTORIA .....	9
16. SUBCONTRATAÇÃO .....	9
17. DEFINIÇÃO DO PERCENTUAL DE CAPITAL OU PATRIMÔNIO LÍQUIDO MÍNIMO .....	9
18. PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIOS.....	9
19. PARTICIPAÇÃO DE COOPERATIVAS .....	10
20. GARANTIA DA EXECUÇÃO .....	10
21. DA SUSTENTABILIDADE .....	10

# DECLARAÇÕES E JUSTIFICATIVAS TÉCNICAS

## 1. ENQUADRAMENTO DO OBJETO

### 1.1. Classificação como obra ou serviço de engenharia

O objeto da presente licitação constitui SERVIÇO DE ENGENHARIA, sob a seguinte justificativa:

As intervenções necessárias, conforme constam no Estudo Preliminar e no Termo de Referência tratam de alterações não significativas, autônomas e independentes, quais sejam, adaptar a edificação para obter o AVCB – Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros. Tal trabalho deverá ser de responsabilidade de um arquiteto, engenheiro ou mesmo técnico especializado, que trará como resultado para a Administração a regularização de sua ocupação no que concerne o AVCB. São adaptações de pequeno vulto, não constituindo obra, ou seja, não importa em inovação ou alteração substancial do ambiente ou bem imóvel da DPF/STS/SP.

### 1.2. Classificação como serviço comum ou especial

O serviço de engenharia objeto da presente licitação é COMUM, sob a seguinte justificativa:

O serviço a ser executado tem por objeto ações, objetivamente padronizáveis em termos de desempenho e qualidade, de manutenção, de adequação e de adaptação de bens móveis e imóveis, com preservação das características originais dos bens. Como mencionado no item anterior são adaptações de pequena monta que visam a regularização da edificação da DPF/STS/SP para o recebimento do AVCB.

## 2. REGIMES DE EXECUÇÃO

Para a execução indireta do objeto, será adotado o seguinte regime de EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL, de acordo com a justificativa abaixo:

Temos no caso em pauta um serviço de engenharia com alto nível de precisão das especificações e quantitativos do objeto. Estão previstos no Estudo Preliminar e no Termo de Referência quantitativos exatos necessários para dar cabo à necessidade técnica dos serviços, permitindo, ao seu final, que a Administração seja beneficiada com a emissão do AVCB e a consequente regularização de sua ocupação.

Os documentos “Estudo Preliminar” (documento SEI nº 40609596) e o “Termo de Referência” (documento SEI nº 40660827) DEFINIRAM as subestimativas e superestimativas técnicas

relevantes dos serviços relativos à presente contratação, segundo as diretrizes do Acórdão n. 1.977/2013-Plenário TCU.

### 3. ELABORAÇÃO DE PROJETOS / DOCUMENTOS TÉCNICOS POR PROFISSIONAL HABILITADO E COMPROVAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA

No presente feito, Estudo Preliminar (documento SEI nº 40609596) e o Termo de Referência (documento SEI nº 40660827) foram elaborados por profissional habilitado em Engenharia Civil, com a emissão de ART.

### 4. DEFINIÇÃO DOS CUSTOS UNITÁRIOS DE REFERÊNCIA

Na presente licitação foram adotados custos unitários menores ou iguais aos custos unitários de referência do SINAPI e, na inexistência de dados nesse, utilizou-se outros bancos oficiais - CPOS, SBC, IOPES, ORSE e EMOP, E COTAÇÕES de empresas especializadas em Sistemas de Combate a incêndio do estado de São Paulo/SP com valores de referência, os mais atualizados possível.

### 5. ORÇAMENTO DETALHADO EM PLANILHAS DE CUSTOS UNITÁRIOS

No orçamento do presente serviço de engenharia, foram juntadas as planilhas orçamentárias, tanto a SINTÉTICA (DOC SEI nº 40822750) como a ANALÍTICA (DOC SEI nº 40823790).

O documento de Responsabilidade Técnica do profissional que confeccionou as referidas planilhas, consta nos Autos – ART do Responsável (DOC SEI nº 40893199), tendo sido utilizadas tabelas de referência – bancos de dados oficiais – os mais atualizados possíveis, conforme explanado no item anterior.

### 6. ELABORAÇÃO DAS COMPOSIÇÕES DE CUSTOS UNITÁRIOS

No orçamento de referência da presente licitação foram adotadas composições de custos unitários oriundas dos bancos de dados oficiais: SINAPI, CPOS, SBC, IOPES, ORSE e EMOP e cotações de empresas especializadas em Sistemas de Combate a incêndio do estado de São Paulo/SP.

### 7. CUSTOS DIRETOS

No orçamento de referência da presente licitação, os custos diretos compreendem apenas os componentes de preço que podem ser devidamente identificados, quantificados e mensurados na planilha orçamentária.

Especificamente em relação ao custo direto de administração local, observou-se os parâmetros do Acórdão n. 2.622/2013 - Plenário do TCU.

Em relação ao cronograma físico-financeiro serão adotados pagamentos proporcionais à execução físico-financeira do contrato, abstendo-se a Administração de utilizar critério de pagamento para o item “administração local” como um valor mensal fixo, evitando-se, assim, desembolsos indevidos de administração local em virtude de atrasos ou de prorrogações injustificadas do prazo de execução contratual em cumprimento ao subitem 9.3.2.2. do Acórdão n. 2.622, de 2013, do TCU.

#### 8. ELABORAÇÃO DAS CURVAS ABC DOS SERVIÇOS E INSUMOS

Na presente licitação foram juntadas as Curvas ABC relativas aos insumos e serviços (DOC SEI nº 40823949).

#### 9. ADOÇÃO DO REGIME DE DESONERAÇÃO TRIBUTÁRIA

Na presente licitação, serão adotados os custos de referência NÃO DESONERADOS, por se tratar da opção mais vantajosa para a Administração, conforme análise comparativa juntada aos autos (DOC SEI nº 40822427).

#### 10. DETALHAMENTO DA COMPOSIÇÃO DO PERCENTUAL DE BDI

Na presente licitação, o detalhamento do BDI observa os parâmetros do Acórdão n. 2.622, de 2013 - Plenário do Tribunal de Contas da União.

##### Administração (Quartil Médio)

Considerando que o objeto da presente licitação não exige grande estrutura administrativa dos licitantes, por se tratar de contratação de elaboração de projetos para a obtenção de ACVB, utilizou-se o valor de 4,00 % (quatro por cento) para a parcela da administração central, que corresponde ao valor intermediário do referido Acórdão.

##### Seguro e Garantia (Primeiro Quartil)

Na presente contratação, para a parcela de Seguros e Garantias, utilizou-se o valor previsto no 1º quartil do Acórdão TCU nº 2.622/2013 - Plenário, correspondente a 0,80% (oito décimos por cento), visto que a contratação em tela envolve a elaboração de projetos de engenharia, não englobando os mesmos riscos inerentes a atividade de construção de edifícios.

##### Risco (Primeiro Quartil)

Na presente contratação, para a parcela de Risco, utilizou-se o valor previsto no 1º quartil do Acórdão TCU nº 2.622/2013 - Plenário, correspondente a 1,27% (um inteiro e vinte e sete centésimo por cento), visto que a contratação em tela trata-se de elaboração de projetos de

obtenção de AVCB, tendo os riscos associados bastante reduzidos em comparação às atividades de construção de edifícios.

Despesa Financeira (Quartil Médio)

Lucro (Quartil Médio)

No setor de execução de obras civis, o Lucro é conceituado pelo Sinduscon como: "parcela destinada a remunerar o acervo de conhecimentos acumulados ao longo dos anos de experiência no ramo, capacidade administrativa e gerencial, conhecimento tecnológico acumulado, treinamento do pessoal, fortalecimento da capacidade de reinventar em novos projetos e o risco do negócio em si".

Para a presente contratação entendemos que o valor de 8,50 % (sete inteiros por cento) para a parcela de Lucro está perfeitamente adequado aos valores atualmente praticados no mercado local da construção civil.

#### 11. BDI REDUZIDO SOBRE OS CUSTOS DOS MATERIAIS E EQUIPAMENTOS

Na presente licitação não será adotado o BDI reduzido sobre os custos dos materiais e equipamentos, tendo em vista que o fornecimento de materiais e equipamentos para o serviço de engenharia em pauta não representa parcela significativa do empreendimento e não poderá ser realizado separadamente do contrato principal sem comprometimento de sua eficiência ou da realização do seu objeto.

#### 12. ELABORAÇÃO DE CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

O cronograma físico-financeiro foi juntado aos autos (DOC SEI nº 40885039).

Tendo sido adotado o regime de empreitada por preço global, o cronograma físico-financeiro define com clareza as etapas de serviços que guiarão a aceitabilidade dos preços propostos pelos licitantes.

#### 13. PROJETO EXECUTIVO

Não foram elaborados os projetos executivos, mais precisamente no caso em pauta, projetos técnicos para obtenção do AVCB para a DPF/STS/SP, sendo tal atribuição expressamente repassada à contratada, com os custos contemplados na planilha orçamentária elaborada.

Registra-se que o Estudo Preliminar (documento SEI nº 40609596) e o Termo de Referência (documento SEI nº 40660827) e demais documentos técnicos da licitação possuem nível de detalhamento adequado e suficiente para permitir a elaboração dos projetos executivos pela contratada.

Também foram juntados aos autos os antigos projetos de combate a incêndio anteriormente aprovados pelo corpo de bombeiros de toda a edificação (DOC SEI nº 40893351).

Como o objeto primordial é a obtenção do AVCB, o nível mínimo de atualização dos projetos executivos necessários, são os atendimentos de todas as ressalvas do Corpo Técnico dos Bombeiros para atendimento da demanda supracitada.

#### 14. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

Registro da empresa no conselho profissional

Na presente licitação, será exigido o registro da empresa licitante junto ao CREA e/ou ao CAU.

No caso de obras e serviços de engenharia, a exigência de registro ou inscrição na entidade profissional competente está relacionada à necessidade de registro ou inscrição da empresa no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia ou no Conselho de Arquitetura e Urbanismo, órgãos responsáveis pela fiscalização do exercício e das atividades profissionais dos engenheiros e arquitetos

Capacidade técnico-operacional

Na presente licitação serão exigidas comprovações de capacidade técnico-operacional quanto às parcelas de maior relevância técnica e valor significativo do objeto, a seguir elencadas: apresentação de um ou mais atestados de capacidade técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado devidamente identificada, em nome do licitante, relativo à execução de obra ou serviço de engenharia, compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da presente licitação, envolvendo as parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto.

SERÁ exigida a comprovação de quantitativos mínimos nos atestados, correspondentes aos seguintes serviços das parcelas de maior relevância técnica e valor significativo do objeto: execução de uma obra de engenharia de combate a incêndio de construção similar a do objeto, com área mínima de 250 m<sup>2</sup> (duzentos e cinquenta metros quadrados) ou superior;

Possibilidade de somatório de atestados

Na presente licitação, será aceito o somatório de atestados de capacidade técnico-operacional para atingimento dos quantitativos mínimos demandados, com base na seguinte justificativa

técnica: conforme previsto no Termo de Referência será admitido o somatório de atestados apresentados pela licitante como forma de alcançar a capacidade técnico-operacional mínima exigida.



## Capacidade técnico-profissional

Na presente licitação não serão exigidas comprovações de capacidade técnico-profissional quanto às parcelas de maior relevância técnica e valor significativo do objeto, conforme estabelecido no Termo de Referência.

Será, excepcionalmente, exigida a comprovação de quantitativos mínimos nos documentos de ART/RRT, com base na seguinte justificativa:

O TCU, em seu Acórdão nº 534/2016, firmou entendimento de que é lícito a Administração exigir quantitativos para comprovação da capacidade técnico-profissional, inclusive em nível superior aos quantitativos exigidos para a demonstração da capacidade técnico-operacional. Isso porque, segundo a conclusão firmada, “embora a experiência da empresa, sua capacidade gerencial e seus equipamentos sejam fatores relevantes, profissionais qualificados são determinantes para o desempenho da contratada”. Nessa ocasião mais recente, a Min. Relatora ponderou que a jurisprudência do Tribunal evoluiu “para admitir ser possível – e até mesmo imprescindível à garantia do cumprimento da obrigação – delimitar as características que devem estar presentes na experiência anterior do licitante quanto à capacidade técnico-operacional e técnico-profissional” e ainda destacou.

*"(...) é compatível com o interesse público contratar empresas e profissionais com experiência comprovada na execução da obra que se irá executar. A questão não é a exigência da comprovação de experiência anterior, mas a razoabilidade dos parâmetros estipulados."*

Nessa mesma seara temos também o entendimento do TCU no Acórdão nº 3.070/2013 e o REsp 466.286/SP, Relator Ministro João Otávio Noronha, Segunda Turma, DJ de 20/10/2003:

*"Não afronta o art. 30, § 1º, inciso I, da Lei nº 8.666/1993 a exigência de atestados com quantitativo mínimo, para fins de comprovação de capacitação técnico-profissional, quando este quantitativo reflita características intrínsecas a cada contrato mencionado nos atestados e quando o objeto licitado for de natureza predominantemente intelectual, dificultando, por conseguinte, a aferição dessa capacitação." (Acórdão nº 3.070/2013)."*

*"a melhor inteligência da norma insita no art. 30, § 1º, inc. I (parte final) da Lei de Licitações orienta-se no sentido de permitir a inserção no edital de exigências de quantidades mínimas ou de prazos máximos quando, vinculadas ao objeto do contrato, estiverem assentadas em critérios razoáveis".*

Os quantitativos mínimos a serem comprovados nos documentos de ART/RRT, por cada profissional, estão elencados no Termo de Referência.

Exigências de instalações, aparelhamento e pessoal técnico

Na presente licitação, será exigida a indicação de instalações, aparelhamento ou pessoal técnico com determinada qualificação, conforme elencados no Termo de Referência.

#### 15. VISTORIA

Na presente licitação, a realização de vistoria será facultativa, e o licitante poderá substituir o atestado de vistoria pela declaração de pleno conhecimento das condições de execução do objeto.

Em consonância com o entendimento manifestado pelo Tribunal de Contas da União no Acórdão 170/2018 – Plenário (Informativo 339), a vistoria prévia deixa de ser uma obrigação passível de ser imposta pela Administração, e se transforma em um direito das empresas licitantes, que podem solicitar ao órgão responsável pelo certame a verificação prévia das condições do local onde os serviços serão executados.

#### 16. SUBCONTRATAÇÃO

O órgão assessorado admitiu a subcontratação parcial na presente licitação de no máximo 30%. Por ser o serviço de engenharia de pequeno vulto, entendemos não ser conveniente, tampouco oportuno a viabilidade de admitir a subcontratação de elevada porcentagem, em consonância com o teor do Acórdão nº 1.453/2009, Plenário do TCU.

#### 17. DEFINIÇÃO DO PERCENTUAL DE CAPITAL OU PATRIMÔNIO LÍQUIDO MÍNIMO

Na presente licitação, será exigida a comprovação de capital mínimo no percentual 10 (DEZ) por cento sobre o valor total estimado da contratação, em consonância ao fixado nos §§2º e 3º do art. 31 da Lei n. 8.666, de 1993, correspondem ao §4º do art. 69 da Lei n. 14.133, de 2021.

#### 18. PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIOS

Na presente licitação, será vedada a participação de consórcios, com base na seguinte justificativa:

No caso concreto, a participação de empresas reunidas em consórcio poderia restringir a competição, na medida em que a reunião de empresas que, individualmente, seriam capazes de prestar os serviços, reduziria o número de licitantes e, eventualmente, poderia proporcionar a formação de conluíus/cartéis para manipular os preços na licitação. Neste sentido, a permissão pela Administração de participação de empresas em consórcios não representa, por si só, garantia de ampliação de competitividade. Ao contrário, pode acarretar, em muitos casos,

efeitos danosos à concorrência, na medida em que as empresas associadas deixariam de competir entre si. Outro fator a ser observado é o fato do objeto da presente contratação não envolver questões de alta complexidade ou de grande vulto, em que empresas, isoladamente, não teriam condições de suprir os requisitos de habilitação do edital. Dessa forma, conclui-se que a permissão para participação de empresas em consórcio não se consubstancia na melhor opção a ser adotada pela Administração no caso em concreto.

#### 19. PARTICIPAÇÃO DE COOPERATIVAS

Na presente licitação, será vedada a participação de cooperativas, com base na seguinte justificativa:

A vedação à participação de sociedades cooperativas justifica-se pela natureza dos serviços a serem realizados e pelo modo como usualmente este serviço é executado no mercado.

#### 20. GARANTIA DA EXECUÇÃO

Na presente licitação, será exigida a apresentação de garantia de execução contratual, conforme estabelecido no Termo de Referência.

#### 21. DA SUSTENTABILIDADE

No tocante à promoção do Desenvolvimento Nacional Sustentável previsto nos arts. 5º, e 11, IV, da Lei n. 14.133, de 2021, na presente licitação adotou-se as seguintes medidas quando do planejamento de obras e serviços de engenharia: definição de critérios e práticas sustentáveis, objetivamente e em adequação ao objeto da contratação pretendida, como especificação técnica do objeto, obrigação da contratada, e/ou requisito de habilitação/qualificação previsto em lei especial.

Verificou-se a incidência de normas de acessibilidade (Decreto n. 6.949, de 2009 e Lei n. 13.146, de 2015).

JOGI SATO

Engenheiro Civil – CREA 5061524224-SP

Agente de Polícia Federal

Integrante do GTED/SR/PF/SP